

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Ambientação

Muita gente de olho na viagem do presidente Lula, amanhã e sexta-feira, ao Pará. É que Lula estará ao lado do governador Hélder Barbalho, um dos nomes que o MDB defende para que seja o candidato a vice numa chapa reeleitoral de 2026. Lula vai entregar obras do Minha Casa Minha Vida ao lado de Hélder e do ministro de Cidades, Jádler Filho, irmão do governador e primogênito do senador Jádler Barbalho (MDB-PA).

Solução indigesta para o PT

Lula tem sido aconselhado a não prescindir do vice-presidente Geraldo Alckmin. A avaliação no Planalto é de que Alckmin só deve deixar de ser o candidato à reeleição se aceitar concorrer ao governo de São Paulo. Aí, quem não quer ouvir falar disso é o PT paulista.

Não agradou

O Sindicato Nacional dos Servidores das Agências Nacionais de Regulação (Sinagências) denunciou a indicação de Larissa de Oliveira Rêgo para a diretoria colegiada da Agência Nacional de Saneamento Básico (ANA). De acordo com o Sinagências, "Larissa não cumpre os critérios técnicos exigidos para o cargo". Por exemplo: o mínimo de 10 anos de experiência profissional em saneamento básico e recursos hídricos. O embasamento está da Lei 9.986/00.

Onde está pegando

O PSDB de Goiás tem dificuldades de se unir ao MDB de Daniel Vilela, da mesma forma que os tucanos de Minas Gerais têm resistências à união com o PSD de Rodrigo Pacheco e Alexandre Silveira. Enquanto não resolver esses dois casos mais "vistosos", não vai.

Ameaças de Trump fazem Congresso pisar no freio

Em conversas com aliados, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tem dito com todas as letras que este terceiro governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva não será o momento de realizar todos os sonhos, especialmente, a justiça social no país. Porém, conforme relato de senadores que participaram da conversa com o ministro, na residência oficial do Senado, não é o momento de apostar no "quanto pior, melhor". A avaliação é de que, com o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, bagunçando o tabuleiro do comércio internacional, é preciso

que a classe política tenha juízo e ajude a economia. É por aí que o governo levará seu discurso daqui para frente.

Paralelamente ao Senado, o que se ouviu entre os deputados, não é muito diferente. Trump até aqui taxou o aço, o alumínio e, avaliam os senadores, é preciso ter cautela. Vale, a partir de agora, a máxima que muitas vezes os políticos usam em momentos de crise: com a economia mundial — e, por tabela, a brasileira — causando preocupação, o momento é da política não balançar tanto o barco.



CURTIDAS

Discurso com propriedade/ Ao cortar o benefício de vale-alimentação retroativo a um juiz de Minas Gerais, o ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), procura demonstrar aos deputados e senadores que seu trabalho não se limita às emendas. A partir de agora, está claro, na avaliação de políticos ligados a Dino, que todo abuso será castigado.

Começou a campanha/ O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, criticou o governador de Minas Gerais, Romeu Zema, por não defender o estado devido à taxa de aço pelos Estados Unidos. Zema foi um dos políticos brasileiros a parabenizar Donald Trump, em novembro passado, pela vitória sobre Kamala Harris.

Pelo teletrabalho/ Ainda sobre o impasse da Petrobras com seus funcionários, a Federação Única dos Petroleiros (FUP) convocou manifestação para hoje, Dia Nacional de Luta pelo Teletrabalho. Os atos serão em Vitória, Natal, Salvador e Rio de Janeiro. A briga é grande. A turma que se acostumou a trabalhar de casa na pandemia não quer aumentar a quantidade de dias no presencial de jeito algum.

Eduarda Esposito/CB/D.A Press



Representatividade/ Para prestigiar e dar mais visibilidade aos artistas brasileiros, o Planalto tem privilegiado o espaço para obras nacionais. A mais nova é o quadro *A queda do céu e a mãe de todas as lutas* (foto), da artista indígena Daia Tukano.

JUDICIÁRIO

Supremo forma maioria para analisar se perdão a crimes políticos cometidos na ditadura deve ser estendido a casos como sequestro e ocultação de cadáver durante o regime. Decisão pode provocar revogação ampla da medida que beneficiou militares

Na pauta do STF, a Lei da Anistia

» RENATO SOUZA

O plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria, ontem, para decidir se a Lei da Anistia vale para os chamados crimes permanentes, como ocultação de cadáver e sequestro. Mesmo após a promulgação da lei, muitos corpos de desaparecidos durante o regime militar (1961-1985) nunca foram encontrados.

Na prática, o **Supremo** pode impor uma revogação ampla da anistia concedida para criminosos que atuaram durante o regime ditatorial. A Lei da Anistia foi promulgada em 1979 e extinguiu a pena para crimes políticos e outros delitos cometidos entre 1961 e 15 de agosto de 1979.

Repercussão geral

Os ministros acordaram que é necessário emitir uma decisão de alcance nacional. Por isso, aprovaram o julgamento do tema em repercussão geral. Isso significa que o posicionamento do STF deverá ser seguido por todos os juízes e tribunais do país.

O ministro Flávio Dino, relator do caso, afirmou que crimes permanentes não podem ser anistiados, de acordo com a Constituição Federal. "A manutenção da omissão do local onde se encontra o cadáver, além de impedir os familiares de exercerem seu

direito ao luto, configura a prática do crime, bem como situação de flagrante", argumentou.

O magistrado citou o filme *Ainda estou aqui*, de Walter Salles, indicado ao Oscar, que mostra o drama da família do ex-deputado Rubens Paiva, sequestrado por militares durante o regime de 64 e assassinado. O corpo foi ocultado, e a família nunca teve acesso aos restos mortais para os procedimentos fúnebres.

"No momento presente, o filme *Ainda estou aqui* (...) tem comovido milhões de brasileiros e estrangeiros. A história do desaparecimento de Rubens Paiva, cujo corpo jamais foi encontrado e sepultado, sublinha a dor imprescritível de milhares de pais, mães, irmãos, filhos, sobrinhos, netos, que nunca tiveram

Gustavo Moreno/STF



Dino afirmou que crimes permanentes não podem ser anistiados e citou o filme *Ainda estou aqui*

atendidos os seus direitos quanto aos familiares desaparecidos", afirmou Dino, em seu voto por escrito. O julgamento do caso ocorre no plenário virtual da Corte. Os votos dos ministros podem ser protocolados até a próxima sexta-feira.

No caso específico que está em debate, o Ministério Público Federal (MPF) ingressou com ação contra uma decisão do Tribunal Regional da 1ª Região (TRF1), em Brasília, que anistiou os coronéis Lício Augusto Ribeiro Maciel e Sebastião

Curió Rodrigues de Moura. Os militares foram acusados das mortes e ocultação dos cadáveres de André Grabois, João Gualberto Calatrone e Antônio Alfredo de Lima, na guerrilha do Araguaia. O coronel Sebastião Curió já morreu.

ATOS GOLPISTAS

Reprodução Youtube Tv Cultura



José Mucio durante o programa: "A gente vive atrás de culpados"

Mucio defende soltar "inocentes" do 8/1

O ministro da Defesa, José Mucio Monteiro, defendeu penas diferentes aos envolvidos no 8 de Janeiro. Para ele, soltar inocentes ou quem teve menor participação ajudaria a "pacificar o país".

Mucio adotou um tom dúbio ao comentar o episódio — embora tenha usado a palavra "golpe", evitou cravar que houve uma tentativa de ruptura. "Acho que na hora que você solta um inocente ou uma pessoa que não teve um envolvimento muito grande é uma forma de você pacificar. Este país precisa ser pacificado. Ninguém aguenta mais esse

radicalismo. A gente vive atrás de culpados", disse, no programa Roda Viva, da TV Cultura, na segunda-feira.

Ele falou ainda de deixar o "revanchismo" de lado e lembrou que a decisão sobre uma anistia aos responsáveis pela destruição cabe ao Congresso. Segundo o titular da Defesa, há aqueles que "quebraram uma cadeira" e outros que buscaram um golpe.

"Se foi um golpe, quem organizou que pague. E aqueles que tomaram seus ônibus e estavam lá tirando foto do celular? Tinham os que entraram

quebrando, os que ficaram do lado de fora. Tem de todo tipo. Você não pode dar a mesma pena a quem armou, quem financiou, e a uma pessoa que foi lá encher o movimento."

Ao longo da entrevista, Mucio falou sobre a expectativa de identificar os verdadeiros culpados e dissipar a "nuvem de suspeição" sobre as Forças Armadas. "Sou capaz de dizer que quem organizou aquilo (atos golpistas) não foi (a Brasília). Quem desejava aquilo, desistiu, desapareceu. Ficou só aquele enchimento que fez aquele quebra-quebra todo." Ele

também contou que quis deixar o governo, mas ficou após apelos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Na semana passada, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), afirmou que o 8/1 não foi golpe, mas uma ação de vândalos. Aliados do governo dispararam críticas ao deputado. Ante a repercussão negativa, Motta ligou para ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), onde o caso está sendo julgado, e afirmou que se referia a quem não participou diretamente do ataque.